



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ENSINO MÉDIO INOVADOR PARA AS JUVENTUDES

Rita de Cássia Brito Alves Silva*
(UESB)

RESUMO

Este artigo discute a relevância de uma proposta curricular para o ensino médio que atenda aos interesses dos jovens, suas diferenças culturais e étnicorraciais. O artigo evidencia que o jovem é sujeito histórico e social no espaço em que vive e não somente como uma fase definida pela transitoriedade. Pensando nisso, a proposta curricular precisa de fato dialogar com o PCNS e com os programas do Ministério da Educação, objetivando a melhoria da qualidade do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais, reconhecendo a importância do estabelecimento de uma nova organização curricular, que possa fomentar as bases para uma nova escola de Ensino Médio que reconheça os jovens e suas vozes.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Currículo. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio – última etapa da Educação Básica – em particular, vai além da formação profissional e atinge a construção da cidadania. É preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais.

* Professora, licenciada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia, professora da Educação Básica da Secretária de Educação da Bahia. E-mail: ritadecassiabrito@ig.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Pensando na defasagem do Ensino Médio em relação aos interesses dos jovens e suas culturas, O Conselho Nacional de Educação, em maio de 2011, firmou possíveis mudanças nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio. Estas mudanças têm como pano de fundo as necessidades emergentes em relação às novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens sujeitos dessa etapa educacional. O jovem é visto na contemporaneidade como uma fase que não só define pela transitoriedade, mas por ser um agente histórico e social. Nesse sentido, ABRAMO (2008) cita que a vivência da experiência juvenil passa a adquirir um sentido próprio e não mais somente como preparação para a vida adulta.

Precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. [...] Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição pode ser vivida. (ABRAMO, 2008, p. 43-44.)

O princípio da diversidade faz-se presente nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, portanto, é necessário um planejamento pautado no hibridismo de valores, culturas e escolhas do jovem do século XXI. Um aspecto que não pode inexistir no planejamento das práticas educativas no cotidiano escolar é a diferença no perfil do aluno de acordo com o turno em que frequenta. Existem escolas do sertão baiano que o turno matutino geralmente é frequentado por alunos da zona urbana, no turno vespertino alunos da zona rural e no noturno pela classe trabalhadora. Estes grupos são formados por interesses e perspectivas divergentes, para tanto a escola precisa realmente exercer sua função social e pensar na individualidade e cultura que faz parte da escola. Pensando neste



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

contexto, é de suma importância atender ao público estudantil com base nos princípios das Orientações Curriculares para o Ensino Médio como a garantia de preparação básica para o prosseguimento dos estudos, para inserir no campo de trabalho e para o exercício da cidadania, em sintonia com as necessidades básicas político-sociais do seu tempo.

Infelizmente, as ações e métodos de ensino ainda não direcionam para heterogeneidade. Por isso, que pode-se dizer na crise da escola, pois o Ensino Médio em muitas escolas não tem o mais importante que a construção da identidade juvenil e a inclusão social. Para contemplar esta construção a instituição escolar precisa buscar maneiras de redimensionar o planejamento pedagógico, pautado na diversidade cultural, etnicorracial e nas diferenças e desejos do jovem atual. Para tanto, há necessidade de um diálogo com os parâmetros norteadores de uma escola dinâmica e suscetível às mudanças necessárias no currículo que direciona olhares para as necessidades locais e identitárias para resgatar de fato nos alunos o prazer e o interesse de estar na escola.

Sabe-se que as queixas dos professores em relação à desmotivação e ao desinteresse dos alunos no espaço escolar são constantes. Em suas falas, os alunos relativizam o conceito de estudo e a sua importância para sua formação intelectual e profissional. Pensando nisso, antes de qualquer proposta curricular e de qualquer prática educativa, faz-se necessário negociar a cultura da escola e estabelecer uma metodologia que atenda a diversidade. Portanto, há uma grande necessidade de uma pesquisa etnográfica para conhecer quais são as culturas e as relações etnicorraciais dos sujeitos que frequentam determinada escola, quais são as suas necessidades e demandas, qual é o sentido e significados que o jovem atribui à mesma.

As juventudes termo usado no plural, como forma de salientar que não é somente um momento de transição entre a infância e a fase adulta; a juventude precisa ser vista como um ser social e dentro de sua diversidade. Essa diversidade



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

O currículo escolar destoa das necessidades reais da instituição, como exemplo evidencia as formas que lidam com as diferenças culturais e étnicas, pois a maioria das escolas segue um currículo demarcado pela divisão clássica das disciplinas que muitas vezes não dialogam entre si e estabelece meramente o conteúdo sistematizado sinalizado pela repetição e a velha decoreba. A diversidade cultural e étnica fica apenas nas páginas dos PCNs e nos discursos das jornadas pedagógicas no início do ano letivo. Como exemplo, de um currículo desarticulado dos PCNs, tem-se a inoperância da lei 10.639/2003, pois existem escolas que não conhecem a obrigatoriedade e a importância da lei para o fortalecimento das relações dentro da mesma. Entre os seus artigos diz que os conteúdos referentes à história e cultura Afro-Brasileira serão ministradas no âmbito de todo currículo escolar. Seria muito interessante se houvesse uma proposta curricular baseada nessa lei, porque seria um momento fecundo para promover uma convivência respeitosa e de tolerância entre as juventudes.

Os estudantes do Ensino Médio são predominantemente adolescentes e jovens. Segundo o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), são considerados jovens os sujeitos com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, ainda que a noção de juventude não possa ser reduzida a um recorte etário (Brasil, 2006). Em consonância com o CONJUVE, esta proposta de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio concebe a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológicas e etárias, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Entender o jovem neste contexto é superar a noção homogeneizante e neutralizada e situá-lo como um sujeito individual em valores, pensamentos e culturas. Segundo Dryell (2003), o jovem é determinado muito além de uma idade biológica e psicológica, situa-se em processo de contínua transformação individual e coletiva.

a juventude é “parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DRYELL,2003, p.40-42).

O Programa do Ministério de Educação para o Ensino Médio Inovador tem como objetivo a melhoria da qualidade do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais, reconhecendo a importância do estabelecimento de uma nova organização curricular, que possa fomentar as bases para uma nova escola de Ensino Médio.

Essa nova organização curricular pressupõe uma perspectiva de articulação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de conhecimentos - saberes, competências, valores e práticas. Considera ainda que o avanço da qualidade na educação brasileira depende fundamentalmente do compromisso político e da competência técnica dos professores, do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu Projeto Político Pedagógico e de uma proposta consistente de organização curricular.

Entende-se que o currículo é um dos elementos orientadores da Organização do Trabalho Escolar, pressupondo desde o planejamento da gestão da escola até o momento destinado a coordenação dos docentes. O currículo apresenta uma proposta educativa que deve ter as condições adequadas à sua



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

concretização. Este estudo tende a centralizar em um aspecto de grande importância dentro do currículo escolar que é a diversidade cultural e étnica, pois estes aspectos são provocadores de muitos conflitos e desencontros dentro da escola, a mesma pode usar esta diversidade para transformar este espaço em um laboratório de descobertas, inter-relações e muitos diálogos para contribuir com o conhecimento do próprio sujeito e do outro.

É fundamental entender que o processo de globalização criou as condições para intensificação do debate em torno da questão do direito à diferença. De acordo com Silva (1995), a crítica pós-colonial explica como as relações de poder constroem as visões sobre os outros.

O ocidente branco, masculino e europeu construiu representações sobre os diversos povos, fundamentadas em ideias ligadas a déficit, carência e exotismo. Nesse contexto, a supremacia econômica e tecnológica e as conseqüentes relações do poder entre os países e mesmo no interior de uma nação provocam a marginalização e a interiorização de certos grupos sociais em favor de outros(Silva, 1995, p. 193-194)

A ideia central da citação acima é fundada na proposta da democratização da valorização das diferenças como condições básicas para política em todos os níveis. Pensando na educação inclusiva como assunto recorrente nas políticas educacionais na atualidade, a escola precisa redefinir o seu currículo reconhecendo a importância do espaço escolar para fortalecer e dar voz aos grupos oprimidos na sociedade, construindo, assim, um Projeto Político Pedagógico que expresse e dê sentido democrático à diversidade de gênero e étnica.

A educação escolar tem um papel fundamental na superação das desigualdades sociais e do racismo, pois é um dos principais ambientes de socialização e visões de mundo da contemporaneidade. Logo, a escola não pode perder de vista a importância de efetivar a lei 10.639 para compartilhar a cultura do afrodescendente no mundo da educação- que é o campo de formação humana. A



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

escola precisa ser muito cautelosa na aplicação da lei para evitar um efeito oposto a sua ideologia, que seria o fortalecimento das visões eurocêntricas que dominam a formação do povo brasileiro. Em relação à implementação da lei, O MEC aponta uma agenda que alude.

[...] à luta histórica dos movimentos sociais negros por uma educação antirracista; à demonstração de manifestações do racismo no cotidiano escolar, a conceitos necessários à compreensão da questão racial no Brasil, ao poder das linguagens escolares na e para a reprodução de preconceitos raciais, bem como à histórica orientação eurocêntrica da educação brasileira [...] (Henrique, 2005, p.8).

Portanto, existe uma preocupação com a atitude simplista de aplicar a lei. Não indica apenas inserir conteúdos, mas, fundamentalmente também, rever os conteúdos (que ocultam mais do que revelam, que silenciam mais do que mostram), rever práticas e posturas, rever conceitos e paradigmas no sentido de construção de uma educação antirracista, uma educação para a diversidade e para a igualdade racial.

Na obra *Documentos e Identidade/ Uma introdução às teorias do currículo*, Tomaz Tadeu da Silva (2001) aborda a história das teorias do currículo desde sua origem até as teorias pós – críticas. Estas teorias foram sobrepondo outras que se tornaram irrelevantes para o contexto educacional. Na teoria tradicional, ao currículo é essencialmente técnico e a escola é vista como um processo de moldagem. As teorias críticas questionam o *status quo* visto como responsável pelas injustiças sociais. A escola é vista como reprodutora da ideologia do estado o conceito de “reprodução” e “capital cultural”, onde a cultura dominante incorpora, e internaliza determinados valores dominantes através do currículo escolar. Dentro das teorias pós-críticas encontra-se abordagens sobre as diferença e identidade, o currículo multiculturalista se apresenta como uma possibilidade de abordagem e inclusão dos grupos raciais e étnicos, pois representa um importante



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

instrumento de luta política. Pensando em todas as teorias que fizeram a história da educação, nota-se a necessidade de modificação substancial do currículo existente para atender a identidade e subjetividade do jovem estudante. Etimologicamente a palavra currículo vem do latim *curriculum*, pista de corrida. É nesse curso de corrida que definirá o ser humano em seu contexto social, histórico e político.

Para tanto, as práticas pedagógicas na escola, como projetos interdisciplinares, projeto de pesquisa e as aulas cotidianas precisam acolher as iniciativas dos alunos, e até manter uma relação não formal entre professor e aluno, para favorecer um elo de confiança e afetividade, favorecendo, assim, a segurança e a confiança do aluno para expor as suas vivências e culturas, pois é nesse espaço que a escola precisa ter currículo calcado na diversidade cultural e na construção da cidadania e na superação dos preconceitos e da discriminação. De acordo com os PCNS trabalhar com a diversidade é uma das bases concretas para a prática da ética.

É a ética que norteia e exige de todos — da escola e dos educadores em particular —, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação. A contribuição da escola na construção da democracia é a de promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano; é a de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações decididas em relação aos problemas gerados pela injustiça social. (PCNS, 2007 p. 129)

O currículo na educação básica não deve atender meramente ao aspecto pedagógico, mas também as questões identitárias. Infelizmente, existe a segregação dentro da escola e a supremacia de certas culturas e etnias em detrimento a outras. Nesse olhar é pertinente intervenções das Universidades, Secretária de Educação, profissionais em educação básica na construção de uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

instituição escolar emancipatória em que todos os valores, crenças, linguagens se misturem harmonicamente para efetivar a erradicação da homogeneidade e neutralidade no território escolar.

As práticas educativas deveriam estar marcadas pela dinamicidade, flexibilidade, diversificação, diferentes leituras para abranger as perspectivas da pedagogia das diferenças. A escritora Candu (1999, p.157-158), no artigo *A didática Hoje: Uma Agenda de Trabalho* cita que a partir das reivindicações de diferentes movimentos sociais na defesa do direito à diferença promoverá uma educação intercultural, antirracista, como princípio configurador do sistema escolar como o todo e não somente orientada a determinadas áreas curriculares, situações e grupos sociais. Nesse sentido, supõe repensar nas práticas educativas que transforma em espaço de busca, construção, diálogo, confronto intercultural, prazer, desafio, conquista de espaço, descoberta de diferentes possibilidades de expressão e linguagens, experiência da pluralidade e conseqüentemente o “apoderamento” de diferentes grupos sociais, principalmente dos marginalizados e excluídos, e afirmação das dimensões cultural, ética e política de todo processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 1 reimpr. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br>. Acesso em: 26 nov 2012.
- BOURDIEU, Pierre e PESSERON, Jean-Claude. A Reprodução. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade/ uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, p.35-36.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (M E C). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **O Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI**. Portaria nº 971 de 9 de outubro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2012.

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Parecer CNE / CEB nº:5/2011. Brasília, 2011. **Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parâmetros curriculares Nacional/Pluralidade Cultural**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 2007 v.10.2, P. 129.

CANAU, Vera Maria. (org.). A didática hoje: uma agenda de trabalho. IN: CANAU, Vera Maria. Didática, Currículo e Saberes Escolares. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 157-158.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como Sujeito Social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 40-42, set./dez. 2003. Disponível em <http://www.anped.orb.br>. Acesso em 26 nov 2012.

HENRIQUE, Ricardo. Apresentação- Ministério da Educação. Educação anti-racista: Caminhos abertos para a Lei Federal n.10.639/03. In : SANTOS, Renato Emerson de. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais/O Negro na Geografia do Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade/ uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

SANTOS, Renato Emerson de. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais/O Negro na Geografia do Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

_____. Os Novos mapas culturais e o lugar do currículo numa Paisagem Pós-moderna. In A.F.B. Moreira (orgs.). **Currículo: Questões Atuais**. São Paulo: Papirus, 1997, p.33.